

BÁRBARA MONTE MIRANDA E MARCELA DIMENSTEIN

O corpo feminino na cidade: experiências urbanas a partir do caminhar em João Pessoa-PB

The female body in the city: urban experiences from walking in João Pessoa

El cuerpo femenino en la ciudad: experiencias urbanas a partir del caminar en João Pessoa-PB

O corpo feminino na cidade: experiências urbanas a partir do caminhar em João Pessoa-PB

The female body in the city: urban experiences from walking in João Pessoa

El cuerpo femenino en la ciudad: experiencias urbanas a partir del caminar en João Pessoa-PB

Bárbara Monte Miranda

Arquiteta e Urbanista graduada pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), em 2020. Participou de Projetos de Pesquisa, como Paisagem Urbana: uma análise crítica da imagem da cidade de João Pessoa (2017-2018) e Urbanismo Errante e Experiências de Alteridade na Cidade Contemporânea (2019).

Architect and Urbanist graduated from UNIPÊ - University Center of João Pessoa (2020). Participated in Research Projects linked to the college's undergraduate program as Urban Landscape: a critical analysis of the image of the city of João Pessoa (2017-2018) and Wandering Urbanism and Experiences of Alterity in the Contemporary City (2019).

Arquitecto y Urbanista graduado por la UNIPÊ - Centro Universitario de João Pessoa (2020). Participó en Proyectos de Investigación vinculados al programa de pregrado de la universidad como Paisaje urbano: un análisis crítico de la imagen de la ciudad de João Pessoa (2017-2018) y Urbanismo errante y experiencias de alteridad en la ciudad contemporánea (2019).

barbaramntmiranda@gmail.com

Marcela Dimenstein

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN) desde 2021. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba (PPGAU/UFPB) desde 2014. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2011. Atualmente, é professora assistente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) e do Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP), nos quais ministra disciplinas voltadas aos temas de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo.

PhD from the Postgraduate Program in Architecture and Urbanism at the Federal University of Rio Grande do Norte - PPGAU/UFRN (2021). Master by the Postgraduate Program in Architecture and Urbanism at the Federal University of Paraíba - PPGAU/UFPB (2014). Graduated in Architecture and Urbanism at the Federal University of Paraíba - UFPB (2011). She is currently an assistant professor at the Architecture and Urbanism Course at the University Center of João Pessoa-UNIPÊ and at the Higher Education Institute of Paraíba-IESP, where she teaches courses on the themes of Theory and History of Architecture and Urbanism.

O corpo feminino na cidade: experiências urbanas a partir do caminhar em João Pessoa-PB

The female body in the city: urban experiences from walking in João Pessoa

El cuerpo femenino en la ciudad: experiencias urbanas a partir del caminar en João Pessoa-PB

Doctora por el Programa de Postgrado en Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte - PPGAU / UFRN (2021). Maestría por el Programa de Postgrado en Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Paraíba - PPGAU / UFPB (2014). Licenciada en Arquitectura y Urbanismo por la Universidad Federal de Paraíba - UFPB (2011). Actualmente es profesora asistente en el Curso de Arquitectura y Urbanismo en el Centro Universitario de João Pessoa - UNIPÊ y en el Instituto de Educación Superior de Paraíba - IESP, donde imparte cursos sobre los temas de Teoría e Historia de la Arquitectura y el Urbanismo.

mmarcelad@gmail.com

Resumo

Este trabalho se propõe a estudar e compreender a dinâmica e os impactos que interferem na experiência urbana feminina na cidade de João Pessoa. A partir de um recorte social específico – as mulheres que transitam em diferentes trechos da capital paraibana –, a pesquisa busca analisar as apreensões femininas do meio urbano e entender os fatores que influenciam em suas formas de ocupação e uso da cidade. Através de uma abordagem investigativa, foi possível observar as atmosferas de autonomia e opressão que atravessam a vivência urbana das mulheres e refletem na forma que seus corpos se comportam em meio à cidade. As principais estratégias metodológicas adotadas foram a realização de entrevistas semiestruturadas e a produção de ensaios fotográficos (atuando como uma ferramenta de relato visual). Este estudo busca despertar olhares críticos sobre o atual modelo de produção urbana; contribuir com debates que contemplem a incorporação da perspectiva de gênero no planejamento urbano; assim como instigar novas formas de leitura da cidade, que considerem as complexidades subjetivas que permeiam os espaços e escapam das análises urbanísticas convencionais, ressaltando a relevância de uma percepção sensível do cotidiano das cidades como forma de se contrapor à espetacularização urbana.

Palavras-chave: Mulheres. Experiência urbana. Narrativas urbanas. Direito à cidade. Perspectiva de gênero.

Abstract

This paper proposes studying and comprehending the dynamics and impacts that interfere with the female urban experience in the city of João Pessoa. From a specific social lens: that of women who transit in different areas of the city – the research intends to analyze the female apprehensions in the urban environment and understand the factors that affect their ways of occupation and use of the city. From an investigative approach, it was possible to observe the atmospheres of autonomy and oppression on the urban experience of women, reflecting on the behavior of the female body on the streets. The main methodological strategies taken were the realization of semi-structured interviews and the production of photo essays (acting as a visual reporting tool). This study aims to raise critical perspectives around the current model of urban production and intends to contribute to debates that contemplate the incorporation of a gender perspective in the urban planning. In addition, it proposes new ways to read cities that considers the subjective complexities that permeate spaces and escape urban hegemonic methodological analysis, highlighting the relevance of the sensory perception of the day-to-day of the cities as a way of opposing the urban spectacularization.

Keywords: Women. Urban experience. Urban narratives. Rights to the city. Gender perspective.

Resumen

Este trabajo se propone estudiar y comprender las dinámicas e impactos que interfieren en la experiencia urbana de las mujeres en la ciudad de João Pessoa. A partir de una muestra social específica -mujeres que transitan por distintos puntos de la capital de Paraíba- la investigación busca analizar las aprehensiones de las mujeres sobre el entorno urbano y comprender los factores que influyen en sus formas de ocupar y usar la ciudad. A través de un enfoque investigativo, fue posible observar las atmósferas de autonomía y opresión que atraviesan la experiencia urbana de las mujeres y reflexionar sobre la forma en que sus cuerpos se comportan en la ciudad. Las principales estrategias metodológicas adoptadas fueron las entrevistas semiestructuradas y la elaboración de ensayos fotográficos (que actúan como herramienta de información visual). Este estudio pretende despertar miradas críticas sobre el actual modelo de producción urbana y pretende contribuir a los debates que contemplan la incorporación de la perspectiva de género en la planificación urbana, así como instigar nuevas formas de leer la ciudad que consideren las complejidades subjetivas que permean los espacios y escapan al análisis urbano convencional, destacando la relevancia de la percepción sensible de la vida cotidiana en las ciudades como forma de contrarrestar la espectacularización urbana.

Palabras clave: Mujeres. Experiencia urbana. Narrativas urbanas. Derecho a la ciudad. Perspectiva de género.

Introdução

Este artigo tem como tema principal as experiências urbanas na cidade contemporânea, assunto discutido por diversos autores, como Paola Berenstein Jacques (2012) e Milton Santos (1996), em obras que tecem elogios ao ato de vivenciar a cidade e à corporeidade no urbano, bem como ressaltam a crescente relevância do tema. No caso deste estudo, o foco será as mulheres que se locomovem prioritariamente a pé pela cidade, intencionando compreender que aspectos urbanos impactam nas suas experiências cotidianas.

Para Pereira (2009), o atual cenário das cidades brasileiras contemporâneas está inserido num contexto de contínua mudança e verticalização da paisagem. Muitas vezes, esse contexto é permeado por um planejamento que prioriza a mobilidade através do veículo individual, no qual a escala humana parece se perder juntamente com a vivência da cidade.

Ao entender que, a partir da experiência urbana, conseguimos perceber o meio em que estamos, mediante a apreensão subjetiva dos cheiros, dos ritmos e das cores, bem como desenvolver relações de afetividade e identificação com a cidade, também podemos compreendê-la como atuante na contraprodução do urbano, considerado "homogeneizado" e "espetacular" (Jacques, 2012). É, assim, fundamental considerar sua relevância no processo de planejamento urbano. Com o intuito de enriquecer tal discussão, acrescentamos aqui mais um ponto a ser debatido: o protagonismo masculino na formação das cidades e a consequente concepção de espaços feitos por/para homens.

Segundo Paula Freire Santoro (2008), o planejamento urbano contemporâneo passa por uma necessária revisão de suas principais diretrizes, dada a discussão acerca das problemáticas a respeito de para quem e por quem a cidade está sendo construída. Para autores como José María Ezquiaga (1997) e Terezinha Gonzaga (2004), umas das principais questões tratadas sobre o tema se refere ao fato de as cidades serem reflexos de um contexto histórico de hegemonia masculina e patriarcal na sociedade. Dentro dessa perspectiva, a mulher foi ignorada e, portanto, desconsiderada no tocante às escolhas sobre a forma e a função que os espaços públicos teriam e como seriam acessados (Casimiro, 2017).

Recentemente, as mulheres vêm ganhando visibilidade nas decisões sobre os espaços da cidade, à medida que manifestam suas insatisfações. Desde a primeira década do século XXI, autoras como Alfonsin (2006) e Santoro (2008) observam a transformação do discurso feminino, ao relatarem o crescente reconhecimento dos debates e das lutas por direitos, principalmente os relacionados a desigualdade de gênero. Essa pauta, por sua vez, está diretamente ligada aos usos e às atividades impostas aos espaços públicos, que refletem as diversas formas de violência. As estatísticas obtidas em 2016 pela ActionAid, indicam que metade das mulheres brasileiras entrevistadas já foram perseguidas na rua, 44% tiveram seus corpos tocados, 37% presenciaram homens se exibindo para elas e 8% foram vítimas de estupro.

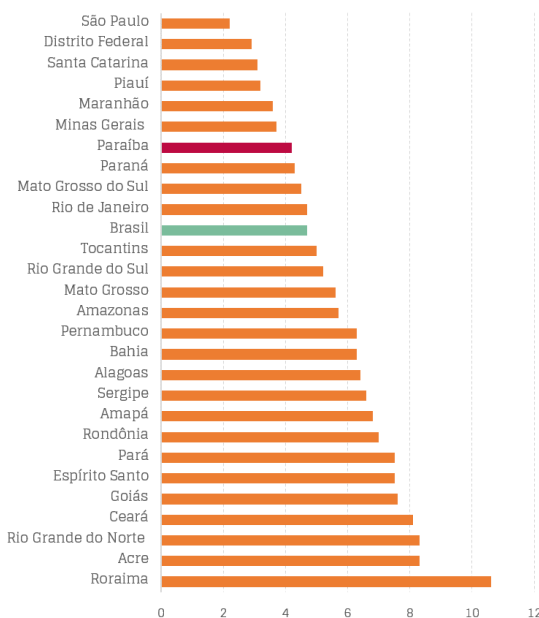
A pesquisa revelou que a região Centro-Oeste do Brasil liderava o ranking nacional de relatos de assédios nas ruas, com 92% de incidência, seguida pela Norte (88%), pelas Nordeste e Sudeste (86%) e pela Sul (85%). Ao fim, constatou-se que 70% das mulheres sentiam medo de serem assediadas ao andar nas ruas.

O Brasil permanece como um dos países mais violentos para as mulheres. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2019, o país ocupava o quinto lugar no ranking de maiores taxas de feminicídio do mundo. De acordo com o Atlas da Violência de 2019, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

e pelo Fórum de Segurança Pública, as taxas de feminicídio entre 2007 e 2017 [1] aumentaram 20,7%, isto é, passaram de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas a cada 100 mil mulheres. Nesse contexto, a Paraíba aparece com uma taxa de vítimas de 4,2 a cada 100 mil mulheres, registrando na década em questão um aumento de 27,5%.

FIGURA 1 –Taxa de feminicídios a cada 100 mil mulheres nos estados brasileiros (2017).

Fonte: Atlas da Violência 2019 (disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf). Elaborada pela autora.



Para Raquel Rolnik (2013), nas nossas ruas, o direito de ir e vir se entrelaçou fortemente com outras pautas e agendas constitutivas da questão urbana. Em meio a elas, ressalta-se aqui o direito da mulher à cidade e sua mobilidade pelo espaço urbano como ponto-chave de discussão sobre cidades mais democráticas e igualitárias na prática.

Assim, surge o recorte desta pesquisa: as mulheres que transitam a pé na cidade de João Pessoa/PB e suas experiências em meio às problemáticas do planejamento urbano hegemônico.

A partir de uma abordagem investigativa aplicada a um grupo de mulheres, neste artigo, objetivou-se identificar os elementos urbanos que impactavam nas suas experiências cotidianas; descobrir estratégias e táticas do corpo feminino na vivência dos trechos analisados; assim como entender os motivos e as origens de tais comportamentos, por meio de entrevistas semiestruturadas e da proposta de registros fotográficos feitos pelas participantes. Pretendeu-se, com este estudo, contribuir com a discussão sobre o atual modo de pensar e produzir cidades, levantando as problemáticas de gênero como pontos relevantes em um processo de desenvolvimento urbano mais democrático e igualitário.

Vivenciando a cidade: caminhadas urbanas e perspectivas femininas

Em meio às concepções sobre as apreensões subjetivas inerentes ao urbano debatidas por Milton Santos (1996) e Paola Berenstein Jacques (2006, 2012), surge o conceito de “errâncias urbanas”, um tipo específico de apropriação do espaço público que

não foi pensado nem planejado pelos urbanistas ou outros especialistas do espaço (Jacques, 2006, p. 117). A autora estabelece esse método como uma forma de divergir da produção de cidades-espetáculo e se opor aos modelos urbanísticos vigentes, uma vez que a errância urbana se conduz como uma apologia à experiência da cidade e pode ser, sobretudo, realizada por qualquer um, resgatando a concepção da prática urbana ordinária e as questões do cotidiano.

Seguindo essa linha de pensamento, Certeau (1990) aponta que nesse exercício ordinário do urbano há uma apreensão subjetiva e individual por meio do conhecimento “cego” sobre os espaços. Essa cegueira dá margem, justamente, às percepções de ordem empírica, já que a experiência urbana não necessariamente precisa ser representada ou vista, apenas sentida e vivenciada, considerando-se seus outros aspectos e sentidos.

Nesse sentido, percebe-se a importância do corpo como o veículo utilizado por nós para expressar e experienciar diariamente nossas relações, dando sentido aos lugares que são apropriados e percebidos (Dimenstien, 2014, p. 24). Ao tomar consciência da atmosfera e reconhecê-la, considerando suas ambiências, a experiência corpórea é vista como objetivo, ao mesmo tempo que como meio no processo de apreensão e compreensão da cidade.

A caminhada urbana foi uma questão discutida por Lefebvre (2000), abarcada na sua teoria do espaço social, que tinha como foco o processo de produção do espaço. Assim como Certeau (1990) e Jacques (2006), o autor se posiciona de forma crítica sobre a postura adotada pelos especialistas urbanísticos. Em sua obra, as relações sociais com a cidade são classificadas em: ordem distante, aquela mantida pelo Estado por meio da visão objetiva e racionalizada dos profissionais; e ordem próxima, como as conexões interpessoais e de vínculo construídas a partir do cotidiano urbano.

Ao permitir interpretações e narrativas concebidas a partir de cada caminho – cujo rastro traz em si marcas únicas e subjetivações individuais e coletivas sobre a urbe, uma vez que esta foi não apenas percorrida, mas também vivenciada –, a prática da cidade traz provocações pertinentes acerca do social no urbano. Afirma-se, então, como ato de resistência à lógica hegemônica de produção de espaços, cujo escopo é baseado essencialmente em perspectivas capitalistas.

Para além do entendimento do caráter individual atribuído à experiência urbana⁶, sua análise exige a compreensão de suas dimensões e complexidades diversas, sendo uma delas a questão de gênero, tema vinculado a discussões de raça, classe e pertencimento que se fazem indiscutivelmente relevantes no debate acerca das lutas urbanas. Este artigo, porém, se atém à figura feminina e à sua luta pelo direito à cidade, bem como à importância da participação ativa de mulheres na produção do espaço urbano.

A princípio, Bruschini (1993, apud, Freyre 1998) relembra que a estrutura familiar da sociedade agrária escravocrata do Brasil colonial se firmava no patriarcado, no qual a autoridade masculina detinha o poder econômico e político. Nesse contexto, constata-se que tal natureza patriarcal também se reproduzia na formação urbana, evidenciada pelo protagonismo masculino nas esferas decisórias da construção de cidades.

A atmosfera excludente representada pela conjuntura histórica de hegemonia da perspectiva masculina na produção urbana incita reflexões relativas às desigualdades de gênero impostas nos espaços públicos, notadas por Nadja Monnet (2013). Essa

⁶ Ressalta-se que a experiência urbana, em si, é individual. Porém, segundo Raquel Rolnik (1992), o conceito de cidade atravessa processos de significação, percepção e construção de territorialidades, que trazem a definição de uma realidade física repleta de códigos introspectados, implicando a interpretação daquilo que se vê e se experimenta.

autora se dedica a estudos etnográficos em contextos urbanos e analisa o panorama da relação entre os gêneros e os espaços públicos desde o início da urbanização acelerada, pós Revolução Industrial.

A autora atribui os aspectos e a organização da vida urbana à dicotomia entre o público e privado. Parte da compreensão sobre como essa divisão espacial foi se setorizando de acordo com as esferas consideradas “naturais” de cada um dos sexos, “construídas sobre a base da ideia da superioridade, da dominação masculina e da responsabilidade feminina para a esfera doméstica” (Mollerokin, 2000 apud Monnet, 2013, p. 221).

Nesse contexto, enquanto os homens foram incentivados a usufruir da vida pública, dos espaços de convivência – o que o levava para o lado da política, do profissional, cuja grandeza e qualidade de sua reputação dependem do olhar e da valorização dos outros (Monnet, 2013, p. 223) –, o público feminino foi fortemente vinculado apenas ao ambiente residencial, que seria o “lugar de mulher”, invisibilizado e desconsiderado nos meios públicos.

Os estudos sobre a natureza sexuada dos espaços públicos servem de base para as discussões relativas à perspectiva de gênero no planejamento urbano, cuja relevância é tratada por Casimiro (2017). A autora defende a visibilidade e a participação ativa da mulher nesse processo com base na concepção de cidade como projeção reflexiva da sociedade e que tem, por dever, a finalidade de permitir sua intervenção e usufruto de forma igualitária por meio de políticas urbanas que acolham as diferenças referentes aos gêneros.

A mulher é, no Brasil, em números, maioria. É a cidadã que mais ocupa os espaços, produzindo ou não, circulando, habitando, interferindo, voluntaria ou involuntariamente, por meio de sua presença na construção e manutenção da sociedade brasileira [...]. Na perspectiva da democracia, pelo método quantitativo de participação, a explicação para a ausência das mulheres nos espaços políticos, partilhando do debate sobre a cidade e o que ela deve e pode ofertar, não se sustenta, fragilizando assim a possibilidade de um futuro estável, de bem-estar social e vida digna coletiva (CASIMIRO, 2017, p. 10).

O conhecimento a respeito desse cenário evidencia a forte necessidade e importância da garantia participativa das mulheres nos espaços decisórios da cidade, constituindo uma das principais reivindicações femininas atuais. Somam-se a esse tema questões raciais e socioeconômicas, intrínsecas à pauta, ao considerar que a segregação imposta aos espaços aflige de forma mais acentuada a mulher pobre e, com ainda mais violência, as negras (Casimiro, 2017).

A esse respeito, Djamila Ribeiro (2017) traz à tona que a vivência feminina na cidade é influenciada por vários aspectos, grande parte relacionados à violência de gênero. Ela chama a atenção para o fato de que, mesmo se tratando do mesmo sexo, quando a discussão inclui classe social e raça, as experiências urbanas se diferenciam, sendo de valor fundamental e indispensável o diálogo entre tais questões.

Quando se analisam as manifestações femininas por seus direitos, percebe-se um valor que ultrapassa uma luta exclusiva de gênero, podendo ser entendida como “uma aproximação ao direito à cidade, porque são a apropriação política das mulheres sobre o espaço público, a elas historicamente negado” negado” (Koetz, 2017, p. 77). Tal fato revela o importante do papel da mulher na luta pelo uso democrático da cidade e pela transformação do cenário de segregação socioespacial do espaço urbano.

A hegemonia da visão cultural masculina nos espaços de atuação e poder representa um atraso nos processos de democratização urbana, haja vista que é impossível

vislumbrar a diminuição das desigualdades socioterritoriais das cidades sem uma atuação incisiva nas questões de gênero – incluída a etnorracial (Pinheiro, 2017).

O diálogo entre teoria, gênero e cidade estabelecido neste trabalho se apoia em conceitos como o “gender mainstreaming” – traduzido como incorporação de perspectiva de gênero. Consiste em leis, regras e regulamentos implantados na administração de uma cidade que promovam benefícios para homens e mulheres de forma igualitária – adotado no planejamento urbano de diversos países, com destaque para a capital austríaca, pioneira desde 1990 (SUMI, 2018).

Segundo Eva Kail, em entrevista para a CityLab⁷ em 2013, a partir de pesquisas sobre os usos dos espaços, foi possível descobrir, por exemplo, que o público feminino era o que mais caminhava pela cidade e usava o transporte público. Logo, esses dados se tornaram base para uma reestruturação urbana que promoveu melhorias na mobilidade urbana e na iluminação pública que beneficiaram não somente as mulheres, como também toda a sociedade. Atualmente, a cidade já realizou mais de 60 projetos aplicando perspectivas de gênero, com o objetivo de garantir que toda infraestrutura e serviços urbanos possam ser usados igualmente por homens e mulheres.

Apesar de podermos encontrar exemplos na realidade de cidades brasileiras que já mostram iniciativas mais abertas e inclusivas, como é o caso de Conde – um município paraibano cuja gestão é coordenada por Márcia Lucena, a qual propõe uma série de ações⁸ como o “Olá Comunidade” e o “Vem Mulher”, trazendo a participação popular para o centro do debate, sendo a última direcionada ao incentivo da liderança e representatividade feminina nas esferas sociais e políticas –, ainda são cenários raros e que vão em contramão ao ranking divulgado pela ONU Mulheres em 2017, que apontava o Brasil como um dos piores países em representação política feminina.

A partir dessa consciência, compreende-se a importância do desenvolvimento de políticas urbanas que observem a cidade a partir de uma visão mais sensível e próxima às realidades não apenas das mulheres, mas de outros grupos socialmente vulneráveis. O intuito é partir de uma macro escala para a micro, integrando-as como parte influente no processo, como meio de se garantir os princípios de acessibilidade e democratização na prática do meio urbano.

O corpo feminino na cidade: narrativas urbanas e relatos visuais

Partindo da ideia de pesquisar a relação das mulheres com a cidade de João Pessoa, buscamos descobrir elementos importantes na experiência urbana feminina e compreender uma série de comportamentos associados por elas ao meio urbano, evidenciados ao longo da investigação acerca dos trajetos feitos pelo grupo de participantes da pesquisa.

⁷ Matéria disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2013-09-16/how-to-design-a-city-for-women>. Acesso em 19 de junho de 2021.

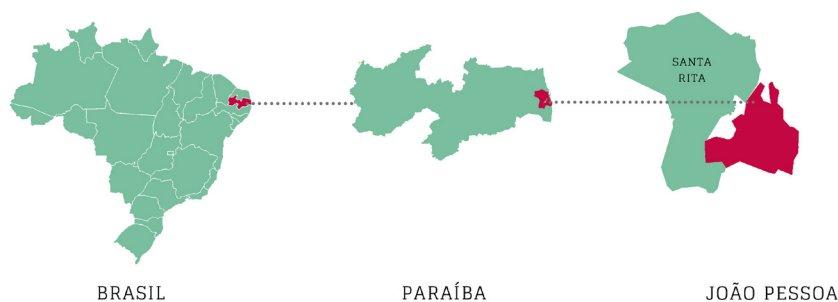
⁸ Matérias disponíveis em: <https://www.polemicaparaiba.com.br/cidades/conde/prefeita-marcia-lucena-participado-segundo-encontro-vem-mulher-em-jacuma/>. Acesso em 27 de junho de 2020.

Caracterização dos trajetos cotidianos

Foram entrevistadas mulheres que vivem em João Pessoa [2] ou no município vizinho de Santa Rita, mas que fazem seus trajetos cotidianos, principalmente, na capital paraibana que, em 2019, de acordo com o IBGE, contava com uma população estimada em 809.015 habitantes.

FIGURA 2 –Localização do recorte espacial da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020 (base de dados: LAURBE-UFPB).



O recorte espacial da pesquisa abrange alguns bairros da capital, todavia as abordagens iniciais ocorreram em dois centros universitários: no Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), visto que foi observado o grande fluxo de mulheres nesse meio, configurando-se como espaço de socialização e circulação de diversos grupos.

Quanto à definição do grupo, deu-se a partir das abordagens realizadas em campo com mais de 15 mulheres. Entretanto, parte delas mostraram um certo receio ou desinteresse em participar da pesquisa, outras, inicialmente, aceitaram a proposta, mas se ausentaram ao longo do processo de pesquisa de campo, que ocorreu durante quatro meses (entre fevereiro e junho de 2020), período influenciado pela pandemia do Covid-19, que também ocasionou a perda de contato com algumas das participantes. Ao fim, chegamos a um grupo consistente de 7 mulheres dispostas a colaborar com o estudo.

Sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, Silveira e Gerhardt (2009) apontam que não existe interesse na busca por generalização. Desse modo, não houve preocupação com a quantidade de indivíduos na amostragem, tendo em vista que se trata de um estudo cujo objetivo é analisar as percepções individuais⁹ sobre as diversas experiências urbanas incluídas e se aprofundar na compreensão dos aspectos subjetivos envolvidos.

A diversidade de perfis era um fator buscado na pesquisa, sendo assim, não havia restrições com relação a faixa etária, cor, raça ou outros atributos individuais (ressaltando que as mulheres são interpretadas neste trabalho como todas aquelas que se autodeclararam como tal, sejam elas cis – que se identificam com o sexo biológico, ou trans – que não se identificam com o sexo biológico e se reconhecem como mulher). Também não era necessário que fossem estudantes, apenas frequentadoras dos espaços, podendo, portanto, serem funcionárias, trabalhadoras informais etc.

⁹ Considerando que leituras e percepções urbanas não são dissociadas das estruturas socialmente construídas, vale ressaltar que, nesse caso, o artigo se atém a uma noção mais simplista sobre os olhares e percepções “individuais”, referindo-se às impressões pessoais das participantes em questão, com o objetivo de focar na ideia de perspectiva de gênero num contexto urbano.

Dessa forma, foram entrevistadas 7 mulheres, entre as idades de 19 e 45 anos. Das entrevistadas, 05 eram estudantes e uma era funcionária no UNIPÊ – Centro Universitário de João Pessoa, uma era estudante da Universidade Federal da Paraíba e uma delas frequentava ambas as instituições – a UFPB como estudante e o UNIPÊ como funcionária.

Os gráficos a seguir apresentam as porcentagens referentes à raça e nível de escolaridade das participantes:

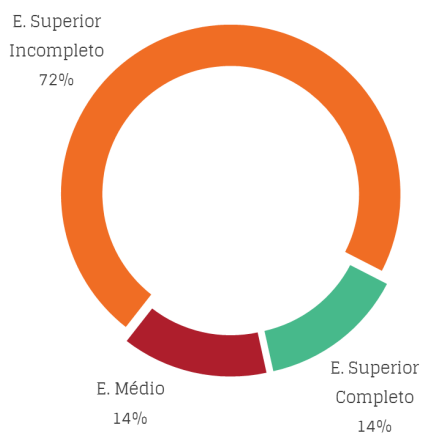
FIGURA 3 –Gráfico de porcentagem étnico-racial das participantes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.



FIGURA 4 –Gráfico de porcentagem referente ao nível de escolaridade das participantes.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.



Tendo em vista que ambas as universidades se situam na zona sul da cidade, esta região acabou se tornando o foco de estudo. Por essa razão também se observa que a maioria dos trajetos diários do grupo participante pela cidade era motivada por questões relacionadas a estudo e trabalho.

Em virtude disso, notaram-se circulações em comum por algumas áreas específicas da cidade [3] como, por exemplo, os bairros de Água Fria e Castelo Branco, que possuem uma dinâmica predominantemente estudantil por terem centros universitários como principais pontos de atração. O Centro da cidade também fazia parte dos trajetos diários da maioria das participantes, embora, geralmente, não se apresentasse como destino final, mas como ponto de ligação entre uma rota e outra. O bairro dos Bancários foi citado por uma parte mínima das entrevistadas que relataram fazer, eventualmente, o uso e ocupação dos espaços públicos da área, como a Praça da Paz¹⁰.

¹⁰ Situada no bairro Bancários (João Pessoa, PB), a praça frequentemente funciona como ponto de encontro de diversos grupos sociais.

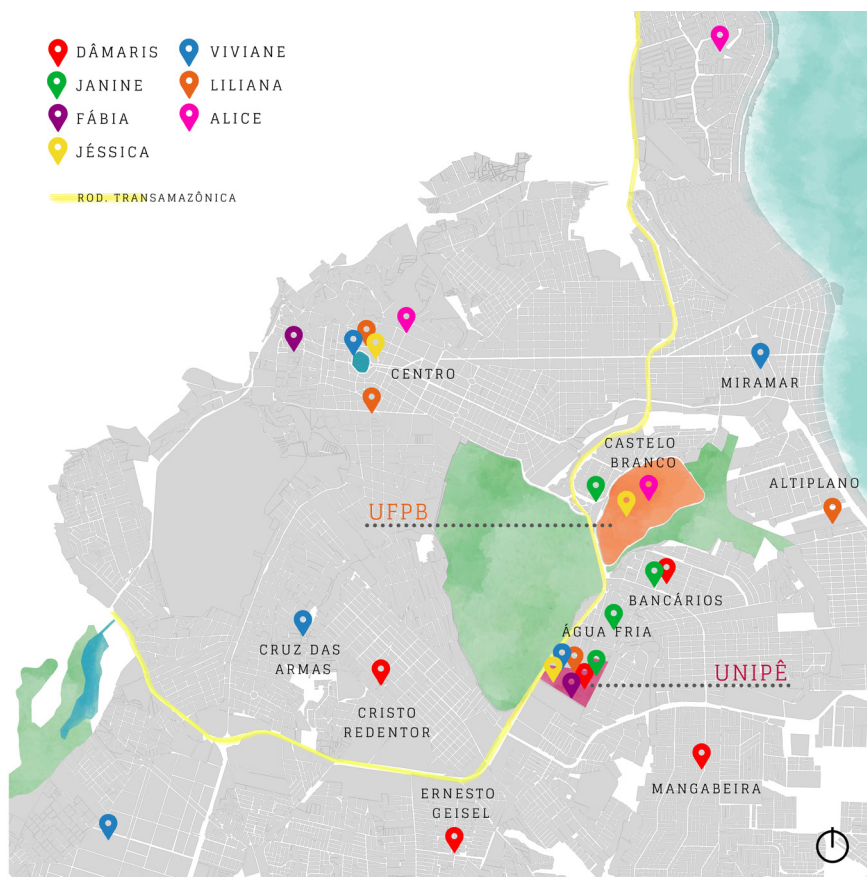


FIGURA 5 – Bairros mais frequentados pelas participantes.

Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa. Editado pela autora, 2020.

A fotografia como ferramenta de apreensão do espaço

Como forma de auxiliar as participantes nas narrativas sobre seus percursos diários, trazendo à tona sentimentos, sensações, entre outros aspectos subjetivos, trouxemos os ensaios fotográficos, os quais também se mostraram como método bastante pertinente no caso desse trabalho, que tinha por objetivo explorar a visão delas sobre a cidade.

Apesar de pouco utilizada na área de Arquitetura e Urbanismo, essa estratégia observada em pesquisas no campo da psicologia, segundo Neiva-Silva e Koller (2005, apud GOMES, DIMENSTEIN, 2006), apresenta vantagens como a praticidade do processo e a riqueza de significados, ao mesmo tempo que aponta a dificuldade dos participantes em conseguir achar elementos que traduzam o que sentem ou o que desejam demonstrar. Tal bloqueio para identificar o que gostariam de registrar foi percebido durante o processo, pois algumas das participantes afirmaram ter tido problemas em conseguir associar sensações e incômodos a algo que pudesse ser representado e capturado numa imagem.

Logo, foi solicitado que fotografassem elementos e cenas que traduzissem ou simbolizassem determinados aspectos em suas vivências urbanas – previamente categorizados e explicados pela pesquisadora.

Nesse caso, a produção dos registros fotográficos foi orientada pelas classificações “conforto” e “desconforto”, escolhidas pela abrangência dos termos, possibilitando múltiplas interpretações pelas participantes. Assim, foi possível direcionar o foco delas para aspectos nas ruas que lhes trouxessem sensações positivas ou negativas de forma geral, sem induzir ou limitar seus olhares e discursos. Os registros se converteram em relatos, explorados na etapa seguinte, a partir de entrevistas semiestruturadas, questionando sobre o que motivou a captura de cada foto. Em geral, os registros na categoria “conforto” se relacionavam com sentimentos de segurança, contentamento, tranquilidade, enquanto os de “desconforto” eram associados ao medo, insegurança e insatisfação.

De forma sucinta, apresentaremos a seguir os resultados para as duas categorias:

Avaliações do espaço

Sobre os aspectos “confortáveis”, de acordo com as fotografias e relatos das mulheres entrevistadas, a presença de comércios e serviços [6] era percebida como algo positivo, pois proporcionava um maior movimento às ruas, assim como a presença de ciclovias [8], que transmitiam conforto durante o passeio. Percursos bem arborizados [7] foram citados como algo que trazia tranquilidade e alívio climático, especialmente durante o calor do dia. Os espaços públicos [9] foram mencionados como pontos de encontro de diversos públicos e grupos sociais, trazendo segurança para a circulação nas proximidades.

De modo geral, a maior parte dos discursos convergiu para um ponto em comum: a circulação e a presença de pessoas como fatores que inspiravam segurança durante os trajetos, seja nas ruas, seja nas paradas de ônibus, seja nos espaços públicos; e elementos de sombreamento, especialmente árvores, como promotores de conforto durante os passeios.



FIGURA 6 – Conforto: Comércios, serviços urbanos e circulação de pessoas na rua.

Fonte: registrado por Dâmaris (participante da pesquisa), 2020.



FIGURA 7 – Conforto: Trechos arborizados.

Fonte: registrado por Dâmaris (participante da pesquisa), 2020.



FIGURA 8 – Conforto: Ciclovias.

Fonte: registrado por Liliana (participante da pesquisa), 2020.



FIGURA 9 – Conforto: A ocupação na Praça da Paz (bairro Bancários - João Pessoa). Na foto, encontro de mulheres do coletivo Levante Popular da Juventude.

Fonte: registrado por Janine (participante da pesquisa), 2020.

Sobre os pontos negativos ou “desconfortáveis”, a maioria das entrevistadas via as ruas desertas [10] e paradas de ônibus isoladas [11], bem como terrenos ociosos e baldios (somados a uma situação de pouca ou total falta de iluminação durante a noite), como cenários ameaçadores, por não apresentarem movimentação de pessoas.

Associada a esse sentimento de receio, a intimidação provocada pela presença da figura masculina nas ruas, especialmente à noite, foi outra questão abordada pelas participantes, trazendo à tona relatos sobre experiências relacionadas a assédio, inclusive durante o processo da pesquisa. Em virtude disso, foi possível verificar o desconforto das participantes também no que concerne aos registros referentes a esse ponto, cuja problemática foi apontada apenas verbalmente.

Por fim, as barreiras físicas – nesse caso, as calçadas degradadas ou com lixo ocupando parte do espaço de circulação [12], tornavam o trajeto desagradável; os muros muito altos e as “fachadas cegas” [13], os quais desestimulavam o passeio, interferindo na visão espacial e acentuando a sensação de isolamento, também foram alvo de críticas.



FIGURA 10 – Desconforto: Rua deserta e mal iluminada.

Fonte: registrado por Dâmaris (participante da pesquisa), 2020.

FIGURA 11 – Desconforto:
Ponto de ônibus deserto e mal
iluminado.

Fonte: registrado por Dâmaris
(participante da pesquisa), 2020.

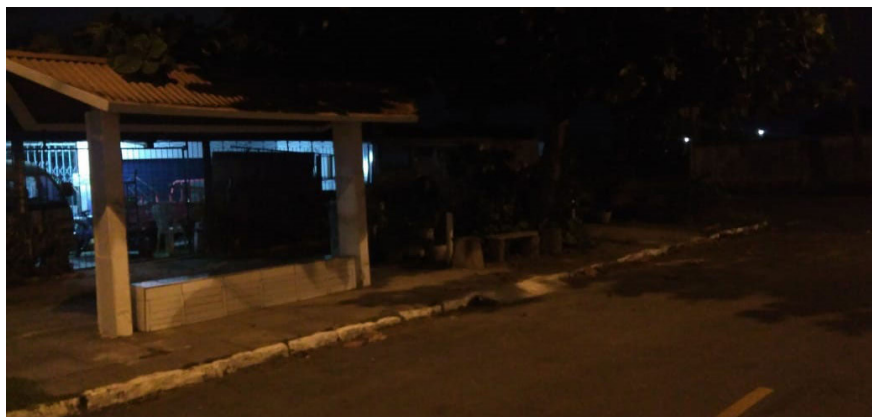


FIGURA 12 – Desconforto: Lixo
e entulhos ocupando parte da
calçada.

Fonte: registrado por Liliana
(participante da pesquisa), 2020.



FIGURA 13 – Desconforto: Muros
altos e sem aberturas.

Fonte: registrado por Liliana
(participante da pesquisa), 2020.



Comportamentos e posturas

A partir dos relatos sobre os registros fotográficos, também foi possível identificar determinados comportamentos adotados pelas participantes diante de algumas situações narradas, como: o hábito de evitar andar ou esperar em locais isolados e, se inevitável, tentar fazer o percurso de forma rápida com o objetivo de se chegar o quanto antes a uma via movimentada; a postura de receio e medo constante que tem por consequência uma preocupação antecipada em avaliar se os locais possibilitam fuga em caso de ameaças ou se existem meios de se buscar ajuda; e a preferência pelo deslocamento de carro durante à noite, como reflexo do medo intensificado nesse turno.

Logo, é possível relacionar o repúdio por locais isolados e a busca por circulação de pessoas com o conceito dos olhos da rua⁶ e a propriedade atrativa que a presença de pessoas exerce nos espaços, abordada por autores como Jacobs (1961) e Gehl (2013).

Seguindo esse raciocínio, o medo e o desconforto ressaltados durante a noite podem ser associados a fatores como a iluminação pública insatisfatória relatada pelas participantes, evidenciando a ligação entre ruas mal iluminadas – que transparecem insegurança e influenciam negativamente no fluxo de pessoas – e a produção de cenários urbanos desertos. No que tange à postura de atenção e precaução adotada por várias participantes, podemos vincular ao histórico de violência de gênero. Nesse contexto, Manuel Delgado (2007) resgata a visão do corpo feminino desde as origens das metrópoles, interpretado como uma presença estrangeira no espaço urbano, mal adaptada àquele meio. Influenciada pelo senso de não pertencimento reforçado por ideais misóginos, a figura feminina era inferiorizada e considerada física e mentalmente vulnerável, incapaz de escapar dos perigos da vida urbana (MONNET, 2013).

Como consequência dessa marginalização feminina em contraposição à hegemonia masculina, na qual foram concebidas, as cidades se comportam como meios especialmente mais hostis para mulheres. A ideia de que ruas e espaços públicos representam grandes riscos às mulheres, em especial quando desacompanhadas, infelizmente perdura até hoje e é comprovada pelo longo histórico de assédio e violência de gênero associados, majoritariamente, aos homens, cuja presença nos meios urbanos foi sendo cada vez mais assimilada como ameaça.

Nessa perspectiva, podemos compreender o frequente sentimento feminino de receio e busca por garantia de segurança nas ruas como também vestígio dessa lógica inversa, na qual o teor agressivo, direcionado principalmente às mulheres, era tido como condição natural do meio urbano, ao passo que o corpo feminino no espaço público costumava ser visto como anormalidade.

A luta contra a violência doméstica e sexual protagonizada pelo gênero é interpretada por Terezinha Gonzaga (2004) como fator que ressalta a relevância da participação feminina no planejamento urbano e que pode ser explorado como forma de dotação de infraestrutura e serviços para a cidade. Na prática, a autora exemplifica que dados sobre, por exemplo, locais onde ocorrem estupros poderiam ser úteis para a identificação de pontos para a intervenção do poder público de forma mais específica e efetiva.

Santoro (2008) nos lembra que a cidade é palco de discrepâncias em diversos âmbitos e, nesse sentido, ao considerarmos as discussões levantadas ao longo desta pesquisa,

⁶ Os olhos da rua são as pessoas – a vigilância informal que exercem, voluntária ou involuntariamente, quando ocupam o ambiente urbano (The City Fix Brasil, 2015).

somos conduzidos a reflexões acerca das desigualdades manifestadas nas questões de gênero. Essa, que se dá no campo da vida pública, revela-se também na esfera territorial, expressão física da vida pública (SANTORO, 2008, p. 6).

Considerações finais

Neste trabalho, propôs-se a analisar as experiências urbanas das mulheres que caminham pela cidade de João Pessoa por meio de ferramentas narrativas e visuais. A partir do entendimento acerca das apreensões femininas sobre o meio urbano e determinados comportamentos adotados por elas nesse contexto, pretendia-se investigar os aspectos urbanos que impactavam suas vivências pela cidade.

Considerando questões que fogem às análises urbanísticas convencionais, nesta pesquisa foram contemplados diálogos sobre o conceito de alteridade urbana, intencionando contribuir com a discussão acerca da relevância de se compreender tais complexidades inerentes à esfera urbana e ressaltar suas significâncias na percepção e estudo da cidade contemporânea.

Estudar as experiências urbanas desse recorte específico exige a contextualização a respeito das estruturas sociais que exercem influência em sua realidade, especialmente ao se tratar de uma minoria. Isto posto, o embasamento sobre as problemáticas de gênero – frutos de uma conjuntura histórica de hegemonia masculina que compôs um cenário de relações de poder, opressão e marginalização feminina⁷ – que permeiam os espaços públicos se fez necessário para um melhor entendimento acerca da relação mulher-cidade.

A aplicação da perspectiva de gênero, aqui, como instrumento de análise, além de atuar como facilitador na abordagem investigativa, possibilitou leituras da cidade em questão sob uma ótica diferenciada, pela qual se pôde constatar – através da descoberta dos aspectos impactantes e da origem de posturas observadas – que as experiências urbanas das mulheres inclusas na pesquisa, de modo geral, são muito influenciadas pelo sentimento de insegurança, afetando diretamente nas formas de apropriação e interpretação feminina dos espaços.

Observou-se que, apesar de João Pessoa apresentar algumas áreas que favoreçam seu uso e ocupação de forma mais livre e igualitária, nas quais as mulheres se sintam seguras ao fazê-lo, a falta do diálogo entre planejamento urbano e questões de gênero resultou na produção de cenários que permanecem acentuando a condição feminina de medo e receio pela sua integridade física em meio urbano.

Gonzaga (2004) nos lembra que o acesso das mulheres à cidade nunca se deu da mesma maneira que para os homens, e que apenas no último século elas conquistaram o direito de andar sozinhas nas ruas, mesmo que somente em áreas delimitadas. Tendo em vista tal contexto, o que pudemos verificar é que o modelo atual de planejamento urbano de João Pessoa perpetua essa lógica de produção de espaços limitadores da experiência urbana feminina, desconsiderando a atual conjuntura marcada por intensos processos de luta contra as desigualdades de gênero.

Apesar de tais configurações urbanas favorecerem potenciais problemáticas de gênero, oriundas de repressões estruturais preestabelecidas, também foi possível observar resistências femininas na ocupação dos espaços, mesmo que isso implicasse na forma como esses corpos reagem ao meio, seja por uma vigilância constante, seja por condutas preventivas.

⁷ Condição acentuada por raça e classe social, diálogos vinculados e indissociáveis ao debate de gênero.

Logo, conduzimos reflexões sobre a forma de planejar cidades e a eficácia de uma ótica inclusiva que compreendam estudos a respeito dos impactos de gênero no planejamento urbano, validadas por pesquisas como a de Jan Gehl e Birgitte Svarre (2013), que demonstram que mulheres podem (e devem) ser consideradas como termômetro qualitativo para várias questões na esfera social, política e urbana, esta última se referindo à garantia da segurança feminina nos espaços públicos como um forte aliado na reestruturação de cidades mais seguras para todos.

Dessa forma, este estudo intenciona contribuir com debates que legitimem a incorporação de novos métodos de interpretação e concepção urbana que considerem as dinâmicas e transformações sociais que protagonizam os espaços públicos. Sendo assim, buscou-se evidenciar a necessidade de políticas públicas que assegurem a participação feminina nos processos decisórios de planejamento urbano, acreditando-se que a cidade, como um todo, pode ser beneficiada ao reestabelecer os critérios de qualidade urbana por meio da inclusão de processos produtores de espaços mais democráticos e justos.

Referências

- ACTION AID. **Em pesquisa da ActionAid, 86% das brasileiras ouvidas dizem já ter sofrido assédio em espaços urbanos.** Action Aid, 2016. Disponível em: http://actionaid.org.br/na_midia/em-pesquisa-da-actionaid-86-das-brasileiras-ouvidas-dizem-ja-ter-sofrido-assedio-em-espacos-urbanos/ Acesso em 29 de jan. 2020.
- ALFONSIN, Betânia de Moraes. Cidade para todos/cidade para todas – vendo a cidade através do olhar das mulheres. In: **Direito Urbanístico: Estudos Brasileiros e Internacionais.** Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006
- BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In: **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento.** São Paulo: Cortez, 1993.
- CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de. As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI. In: **Direito à Cidade: uma visão por gênero.** São Paulo: IBDU, 2017.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1990.
- DIMENSTEIN, Marcela. **Experiências urbanas de idosos no centro de João Pessoa.** Dissertação de Mestrado (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.
- DELGADO, Manuel. **Ciudades movedizas.** Barcelona: Anagrama, 2007.
- EZQUIAGA, José María. Cambio de estilo o cambio de paradigma? Reflexiones sobre la crisis del planeamiento urbano. In: **Urban**, n. 2, p. 1-33, 1997.
- FORAN, Clare. **How to design a city for women.** CityLab, 2013. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2013-09-16/how-to-design-a-city-for-women>. Acesso em 19 de junho 2021.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala.** Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **How to Study Public Life.** Washington, Island Press, 2013.

GOMES, Maria Aparecida de França. **Trabalho Infantil e Risco à Saúde: Signos produzidos por Crianças e Adolescentes Trabalhadores no Lixão de Cidade Nova, Natal-RN.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2002.

GOMES, Maria Aparecida de França; DIMENSTEIN, Magda. Subjetividades e narrativas visuais: a fotografia como recurso metodológico na pesquisa com crianças e adolescentes no campo da psicologia. In: **Revista Vivência** (UFRN), v. 29, p. 409-427, 2006.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero.** Tese de doutorado – FAU-USP. São Paulo, 2004.

IPEA; FBSP. Atlas da violência 2019. **Brasília:** Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities** (Morte e Vida de Grandes Cidades). Nova York: Random House, 1961.

JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade. In: **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais.** Salvador: EDUFBA, PPG-AU/FAUFBA, 2006.

_____. **Elogio aos errantes.** Salvador: EDUFBA, 2012.

KOETZ, Vanessa. **Nas ruas e nas praças! In: Direito à Cidade: uma outra visão de gênero.** São Paulo: IBDU, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** Paris: Anthropos, 2000.

MONNET, Nadja. **Flanâncias femininas e etnografia.** Redobra, Salvador: EDUFBA, n. 11, p. 218-234, 2013. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_21.pdf. Acesso em 27 de nov. 2019.

ONU MULHERES. **Pelo Fim da Violência Contra Mulheres.** ONU Mulheres, 2017. Disponível em: Acesso em 24 set. 2019.

PACHECO, Priscila. **Nossa cidade: os olhos da rua.** The City Fix Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.thecityfixbrasil.org/2015/05/27/nossa-cidade-os-olhos-da-rua/>. Acesso em 10 de agosto de 2020

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. Do incentivo ao controle: o debate sobre verticalização na cidade de João Pessoa (1956-1974). **Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo**, n. 9, p. 3-21, jan. 2009.

PINHEIRO, Valéria. O peso da vida urbana sobre os ombros das mulheres e a dimensão dos despejos forçados. In: **Direito à Cidade: uma outra visão de gênero.** São Paulo: IBDU, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando,** 2017.

ROLNIK, Raquel. **História Urbana: História na cidade?** Salvador: UFBA, 1992, p. 27-30.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**, S.l: s.n., 2013.

SANTORO, Paula Freire. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2008, Caxambu-MG. Minas Gerais: ABEP, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVEIRA, Denise Tolfo.; GERHARDT, Tatiana Engel. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SUMI, Camilla Massola. **A cidade na perspectiva do gênero**: as políticas públicas urbanas 1990-2015 em São Paulo/SP. Dissertação de Mestrado (Arquitetura e Urbanismo) – Unicamp. Campinas, 2018.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma *online* a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 01/08/2021

Aprovado em 15/01/2022